



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

LUDMILLA LUCAS BLANCK

**Crianças como sujeitos prioritários
- a experiência da Fundação Gol de Letra**

**RIO DE JANEIRO
JUNHO 2016**

LUDMILLA LUCAS BLANCK

Crianças como sujeitos prioritários
- a experiência da Fundação Gol de Letra

Trabalho de Conclusão de Curso
realizado com fim de obtenção do
título de Assistente Social na
Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro - UFRJ

Orientadora: JOANA GARCIA

RIO DE JANEIRO
JUNHO 2016

Agradeço, primeiramente, a minha mãe, Madalena, por todo colo nos momentos de angustia, apoio incondicional e ternura indescritível. Ao meu pai, Blanck, por todo o exemplo e incentivo. A Joana, que mostrou ser, para além de orientadora, uma grande amiga, segurando minha mão quando preciso e pacientemente me direcionando. Ao Thiago (in memoriam), meu querido irmão, que me ensinou a sempre correr atrás dos seus sonhos antes que seja tarde. A todo o corpo docente, que me possibilitaram a janela na qual hoje vislumbro um horizonte superior. A minha supervisora de campo Crislaine Lima por todo apoio e incentivo, mas também por toda pressão e puxões de orelha que contribuíram para exímios ensinamentos e aprendizados, possibilitando uma oportunidade de crescimento profissional inarrável. Por último, mas não menos importante, a todos os meus familiares e amigos, que sempre estiveram presentes me auxiliando, em especial à Carol, a maior responsável por manter meus pés no chão e pelo que sou hoje.

"O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários." (IAMAMOTO, Marilda. 2000)

SIGLÁRIO

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FGL	Fundação Gol de Letra
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPP	Instituto Pereira Passos
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LPP	Luta Pela Paz
ONG	Organização não-governamental
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

A presente monografia é resultado de um rico processo que reuniu estudos e experiências ao longo do curso de Serviço Social ministrado na UFRJ. Aborda a visão da infância, nas suas variadas formas, durante o período do Brasil Republicano na virada do século XIX ao XX, considerando as protoformas da assistência utilizadas como formas de intervenção para com as crianças e adolescentes pobres deste período. Apresenta aspectos do debate sobre as mudanças no século XX em relação aos conceitos de caridade, filantropia e cidadania infanto-juvenil. Discute como o Estado e sociedade se moldaram diante destas mudanças, favorecendo a emergência do chamado “terceiro setor”. Como estudo de campo, a Fundação Gol de Letra foi analisada como instituição do “terceiro setor”, como fortalecedora dos direitos à infância e adolescência previstos em lei. Ainda no campo dos direitos, a monografia discute a prática institucional do Assistente Social no que tange a estratégia de proteção social básica e articulação da rede socioassistencial. A metodologia utilizada foi predominantemente qualitativa, reunindo pesquisa bibliográfica e documental, com observação sistemática durante um ano e meio de estágio na instituição.

Palavras chave:

Infância – Brasil Republicano – Terceiro Setor – Direitos – proteção social básica – rede socioassistencial

Índice

1	APRESENTAÇÃO	8
2	CAMINHOS E DESCAMINHOS NA APROXIMAÇÃO COM O OBJETO	11
3	VARIAÇÕES DO OLHAR SOBRE A INFÂNCIA NO BRASIL	20
3.1	Infância(s) no Brasil republicano	20
3.2	Projetos em disputa: caridade, filantropia e cidadania	28
4	A CONTRIBUIÇÃO DA FUNDAÇÃO GOL DE LETRA	42
4.1	A Fundação Gol de Letra	42
4.2	Programa Dois Toques	43
4.3	Programa Gol de Trabalho	46
4.4	Comunidades	46
4.5	Notas sobre o trabalho profissional do Assistente Social	47
4.6	A FGL como articuladora da rede socioassistencial	52
4.7	O olhar das família sobre o Projeto Dois Toques	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

1 Apresentação

Este estudo discute olhares e práticas voltadas para infância brasileira. O espaço-tempo utilizado é datado no período histórico do Brasil Republicano, sobretudo até meados do século XX, período este onde diversas transformações ocorreram e a infância adquiriu um novo significado quando comparado ao período histórico anterior, passando a ser tida como, de acordo com Rizzini (2011), o “futuro da nação” e a ocupar lugar central nas discussões dos governantes da época.

A mudança progressiva da assistência dirigida à infância pobre na qual a Igreja perdeu seu domínio enquanto o Estado ganhou forças está intimamente ligada às transformações econômicas, políticas e sociais do século XX. Nesse contexto, a filantropia se potencializa e como resultado necessita se ajustar as bases da sociedade moderna. Sob essas circunstâncias ocorre, gradualmente, a passagem da “lógica do Estado” para as “lógicas da sociedade civil” que gera, por conseguinte, uma expansão do chamado “terceiro setor” (Montaño, 1999). Por conta disto, se fez necessário o debate acerca desta setorialização da sociedade e da expansão das chamadas ONGs, conjuntura na qual a Fundação Gol de Letra é fundada e inicia seu trabalho voltado para a mobilização de serviços voltados diretamente ao fortalecimento de direitos da população infanto-juvenil de seu território, previstos no ECA.

O capítulo conceitual da presente monografia teoriza o conceito da infância na passagem do século XIX ao XX, onde se apresenta como principal autora Irene Rizzini e sua obra “O Século Perdido” (2011) que,

conforme o subtítulo sugere, demonstra as ‘Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil’. Discorre-se um debate, em conjunto aos autores Almir Pereira Júnior, Jaerson Lucas Bezerra e Rosana Heringer em “Os Impasses da Cidadania” (1992), acerca do tratamento a população infanto-juvenil brasileira e suas formas de proteção, que acarretaram na expansão da filantropia e, como efeito disto, a amplificação do chamado “terceiro setor”. Neste âmbito, as reflexões de Carlos Montaña (1999 e 2007) e Leilah Landim (1999) enfatizando perspectivas distintas foram relevantes para pensar as mudanças na relação Estado Sociedade.

Ao longo do estudo o leitor compreenderá todo o processo que ocorreu até a FGL ser legitimada como campo de estágio. Sendo pertencente a uma organização da sociedade civil e, portanto, entendida como uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos, a FGL foi fundada em 1998 em São Paulo pelos ex-atletas Raí de Souza e Leonardo Araújo. Possui uma série de objetivos, sendo todos pautados por valores associados à proteção social. Sua sede no Rio de Janeiro foi inaugurada em 2001, em Niterói, onde se manteve em funcionamento por cinco anos. Porém, após uma série de pesquisas e estudos, foi verificada a necessidade de uma intervenção em contextos populares, com intuito de favorecer o acesso a direitos e ampliar a proteção à infância e adolescência. Com isso, após a análise em comunidades do município, foi identificado o bairro do Caju com diversas carências de políticas públicas. Com isso, em 2006, a FGL iniciou sua atuação no Caju, local na qual continua em pleno funcionamento até os dias atuais.

A presente dissertação se favoreceu, em grande parte, da afinidade com a questão, de um empenho na aproximação do objeto, treinamento profissional e investigação do tema. Foi realizado estágio curricular e extracurricular na instituição supracitada no período de julho de 2014 a dezembro de 2015 e, por conta disto, neste período foi possível aprofundar o olhar de forma coesa e analítica no que tange aos temas anteriormente citados.

Com isso, analisa-se a instituição como um todo, incluindo sua história, público alvo e a apresentação de seus projetos. Faz-se um balanço do papel da FGL no que tange a prática do Assistente Social voltada para a proteção social básica do território e como articulador da rede socioassistencial local.

Considera-se de significativa importância o trabalho de conclusão de curso no qual o objeto procura unir-se à experiência de estágio na forma de atividade investigativa. Somado ao fato do tema escolhido para objeto estar em constante mudança e podendo ser considerado novo, em conjunto a realidade atual na qual o país reavalia seus rumos e a sociedade começa a reivindicar por maior integração cidadã da ampla população excluída. Com isso, o presente estudo pretende fazer com que o leitor reflita acerca da atual realidade de políticas públicas, leis e programas voltados à população infanto-juvenil pobre brasileira.

2 Caminhos e descaminhos na aproximação com o objeto

Neste capítulo pretende-se apresentar e problematizar os caminhos – e descaminhos – trilhados para que o estudo fosse realizado. São trazidas à tona todas as fases percorridas, dúvidas e críticas, até o conhecimento do campo da Infância e Adolescência e da atuação da Fundação Gol de Letra como pertencente à categoria de organização não governamental sem fins lucrativos.

Após concluir a disciplina de Ética Profissional ao final do primeiro semestre de 2013, iniciei a procura por estágio a fim de continuar minha formação universitária. Diferentemente da maioria dos meus colegas de classe daquele semestre, consegui um estágio para o semestre seguinte que ainda contava com uma bolsa como forma de remuneração/auxílio. Com isso, cursei meu primeiro período de estágio em 2013.2 na área da saúde, em uma clínica voltada para hospitalização em casa.

Ainda no início da minha atuação, vi que não era um campo que não me propiciaria a condição de observar e criticar diversos aspectos da prática do Assistente Social, na medida em que a prática ali exercida estava em desacordo com diversos debates realizados durante a disciplina de Ética Profissional.

Sua prática pouco favorecia os interesses ou buscava atender as demandas do usuário – chamado de “paciente” no local – mas sim do convênio de saúde. Todas as ações tomadas pela única profissional em Serviço Social na ativa naquele momento baseavam-se em auxiliar o convênio de saúde a ter menos gastos com a hospitalização do paciente,

independente do que isto significasse. Além disso, o cotidiano da Assistente Social baseava-se, praticamente, em preencher relatórios, questões burocráticas e, poucas vezes, atuava como um “apagador de incêndios”, ao ser chamado para solucionar conflitos entre algum outro funcionário da instituição (enfermeiros, médicos, fisioterapeutas e etc.) e o usuário, reforçando a típica imagem criada pelo senso comum de “profissional boazinha que ajuda”, pouco evidenciando o real papel do Serviço Social na instituição. Como estagiária, minha única função era verificar os e-mails encaminhados para a instituição e enviá-los para o profissional responsável. Mesmo tendo consciência que os campos são contraditórios por si só, sentia que este campo não atenderia minhas expectativas profissionais, e, mesmo ouvindo diversos colegas a não abandonar o campo por conta da bolsa, resolvi abrir mão do estágio cursando apenas um semestre neste.

Com isso, no início do ano de 2014, busquei um campo no qual poderia me dedicar mais e atingir as metas profissionais as quais almejava. Assim sendo, iniciei meu segundo período de estágio em um dos maiores complexos de favelas no Estado do Rio de Janeiro, o Complexo da Maré, trabalhando com crianças e adolescentes e atuando em uma organização sem fins lucrativos.

O trabalho desenvolvido no segundo período de estágio foi realizado na Associação Luta Pela Paz, que é uma ONG atuante dentro do Completo da Maré, conforme supracitado. Durante todo o período atuei na sua sede, na comunidade de Nova Holanda, apesar de existirem ainda dois polos, sendo estes localizados nas comunidades de Marcílio Dias e Baixa do Sapateiro, onde a criação destes se deu por conta da situação de alta vulnerabilidade

social da favela que carrega consigo uma “barreira invisível” e divide-a em facções rivais, fazendo com que os jovens que viviam nessas comunidades não pudessem participar das atividades oferecidas pela Associação.

Nesta ONG eram ofertadas atividades esportivas – sendo apenas boxe e artes marciais – e educacionais para crianças de 7 anos à jovens de 29 anos. Em suma, as atividades esportivas eram buscadas por crianças e adolescentes, normalmente encaminhadas pelos pais, que viam o projeto como uma alternativa de ocupação para os filhos numa área em que os confrontos comprometem qualquer atividade extradomiciliar.

Tais confrontos estavam em um momento de evidência, pois o período coincidiu com o início da ocupação militar na Maré para futura instalação da UPP, onde a presença das forças armadas gerou um clima de tensão que perpetuava 24 horas por dia. Esse fato afetou não só os moradores da favela, mas todos os atores envolvidos com esta, inclusive instituições que ofertavam serviços no local.

Não foram poucas as vezes nas quais não pude ir ao estágio, fui obrigada a sair mais cedo ou fiquei presa dentro da instituição por conta dos conflitos entre forças armadas e tráfico de drogas. Por mais que sentisse que meu papel era de consistente dentro da instituição e que ali ainda havia muito a se aprender, o constante clima apreensivo e frequentes suspensões das atividades faziam com que sentisse que não seria possível absorver todo o potencial que o campo me ofertava. Por conta disto, passei a procurar algum outro local de estágio, contudo, este deveria ter como pré-requisito pertencer à mesma área da Luta Pela Paz – esporte e educação para crianças e

adolescentes – sendo apenas localizada em algum local onde os confrontos fossem moderados.

Assim sendo, conforme almejei, encontrei um novo campo de estágio e este se manteve na mesma área que o anterior, entretanto, numa nova localidade, o Complexo do Caju, região onde naquele momento já havia sido instalada a UPP e os conflitos haviam sido “controlados”¹. A instituição na qual iniciei meu terceiro campo de estágio tinha como seu objetivo a contribuição na educação de crianças e jovens através de aprendizagens esportivas e práticas da língua portuguesa falada, escrita e da literatura visando sua alfabetização. Denominada “Fundação Gol de Letra”, esta instituição privada sem fins lucrativos também é reconhecida como uma organização não governamental – ONG – pertencente ao denominado “terceiro setor”.

A FGL é uma organização da sociedade civil fundada em 1998 pelos ex-atletas Raí de Souza e Leonardo Araújo. Tem por objetivo desenvolver e disseminar práticas e saberes socioeducativos com crianças, adolescentes, jovens, famílias e comunidade, tendo como contexto a proteção social. Atualmente, esta possui duas unidades, uma localizada na Vila Albertina, em São Paulo, e outra no Caju, no Rio de Janeiro – sendo esta a localidade a qual o presente trabalho está sediado.

Inaugurada no Estado do Rio de Janeiro em 2001, primeiramente em Niterói, onde manteve suas atividades em pleno funcionamento durante 5 anos, a FGL detectou que era imprescindível uma intervenção em contextos

¹ Faz-se necessário o uso das aspas pelo fato de que os conflitos não foram de fato controlados, mas sim abafados. A UPP vende a imagem de que o tráfico de drogas do local no qual se instala é eliminado, porém, sabe-se que se trata de uma falácia, uma vez que o tráfico local continua em atividade, sendo suspensa apenas sua atividade a “céu aberto”. Isso faz com que conflitos continuem a ocorrer, porém, em ínfima escala e sem a constante cobertura e divulgação destes.

populares a fim de garantir direitos e proteção à infância e adolescência em realidades nas quais vivenciavam conflitos agudos. Com isso, foi iniciada uma análise em comunidades do município com propósito de identificar carências de políticas públicas.

Desta forma, uma pesquisa realizada e orientada pelo Observatório de Favelas, juntamente a FIRJAN, indicou bairros nos quais desfrutavam de escassos – por vezes nenhum – serviços sociais no atendimento aos moradores. Nesta pesquisa foi apontado o Caju, um complexo composto por nove comunidades populares – Clemente Ferreira, Ladeira dos Funcionários, Nossa Senhora da Penha, Parque Alegria, Parque Boa Esperança, Parque Conquista, Quinta do Caju, São Sebastião e Bairro Caju – localizado na região portuária da zona norte do Rio de Janeiro e situado às margens da Baía de Guanabara.

O Caju foi apontado como um dos bairros mais socialmente vulneráveis, apresentando um baixo Índice de Desenvolvimento Humanos estando, segundo pesquisa da FIRJAN em 2002, na posição 111^a entre os 126 bairros que compõe o município do Rio de Janeiro e, recentemente, reforçado com os dados do IPP 2013. Este dado aponta a ineficácia do investimento público na melhoria da qualidade de vida da população local, e esta ineficácia pode ser observada perpetuando até os dias atuais, pois, apesar do bairro pertencer a região da Cidade do Rio de Janeiro que vem sendo revitalizada para ser sede dos Jogos Olímpicos de 2016 e, também, estar localizado no território que compõe o Programa Porto Maravilha (região portuária – Gamboa, Santo Cristo, Caju e Saúde), existe uma falta de investimento no local que se dá devido a realidade da natureza econômica na

qual este está inserido, visto que é o único da região que possui um alto aglomerado de indústrias portuárias, concreteiras, armazenamento de containers, cemitérios, descarte de resíduos sólidos residências e tóxicos e etc. Assim sendo, o Programa que visa uma reurbanização e valorização imobiliária da região, a fim de uma maior ocupação de empreendimentos residências e comerciais, não abrange o Caju, fazendo com que os problemas relacionados à violência e meio ambiente (poluição de ar e descarte inadequado de lixo, por exemplo) sejam reforçados e evidenciem as dificuldades vividas pelos 24.544 habitantes locais (Censo/IBGE, 2010).

Dados do Censo 2010 e do Instituto Pereira Passos demonstram que aproximadamente 80% dos moradores vivem em favelas. Uma pesquisa realizada em 2002 pela FIRJAN apontou que no bairro 64% da população vive com até R\$ 200,00 per capita mensais. Também foi identificado o baixo nível de escolaridade dos moradores, sendo que 15% da população total é analfabeta, 57% dos jovens (entre 15 e 17 anos) não completaram o ensino fundamental, 81% dos jovens (entre 18 e 24 anos) não completaram o ensino médio e 30% dos moradores nunca frequentaram a escola.

Dados apresentados pela ONG Rio que trazem a comparação da situação educacional dos moradores do Caju com a dos outros bairros da região portuária, a situação educacional se agrava, havendo um crescimento na distorção entre idade e série de 2008 a 2011, tendo no bairro 31% de crianças e adolescentes nesta situação. Cabe ressaltar que esta situação se perpetua no ensino médio, chegando a 50%. No bairro, há apenas uma escola de ensino médio noturno, não tendo condições de atender a demanda local, levando os jovens a estudarem em vários bairros da cidade, questão

que dificulta o acesso. Segundo a pesquisa *Motivos da Evasão Escolar*, realizada pela FGV/RJ, 10% dos jovens evade da escola pela falta de oferta ou acesso.

Como outro destaque, aponta-se que no bairro há um centro cultural público que se encontra fechado desde 2011, sem previsão para reabertura. Em pesquisas realizadas por empresas atuantes no bairro, em 2011/2012 com moradores, instituições e atores locais a questão do lazer e da cultura aparece como um dos principais desafios.

Após a percepção da vulnerabilidade as quais os moradores do local estavam submetidos, por conta do frágil tecido social local da época e que ainda é reafirmado, a instituição promoveu uma série de debates com propósito de estipular formas de atuação que, de fato, atendessem às demandas da infância e juventude local, além de estimular, incitar e fortalecer os vínculos comunitários. Desta forma, foram implementados três programas principais: O Programa Dois Toques, o Projeto Gol de Trabalho e o Projeto Comunidades; programas estes que serão exemplificados no próximo capítulo.

Nesse contexto iniciei o estágio na FGL. Ao longo de um ano e meio dentro da instituição uma série de percepções foram tidas sobre o real papel desta dentro do espaço no qual pertence, e foram essas percepções que trouxeram o desejo de desenvolver o presente estudo.

Através do atendimento das demandas trazidas pelas famílias, da organização e/ou participação das reuniões mensais de responsáveis, das ações de mobilização comunitárias e da sistematização e elaboração de diversos relatórios sociais ao longo do processo de estágio foi possível

observar que a procura dos usuários pela FGL se dá, em grande parte, por conta da procura de atividades de lazer e esportes, por estas serem escassas no local e por se tratar de uma organização que mobiliza serviços diretamente voltados para o fortalecimento de direitos.

A problematização existente ocorre pelo fato de que essa instituição sobrevive por meio de doações de instituições privadas e recursos provenientes de fontes governamentais, como o Ministério dos Esportes, o Governo Federal, Adidas, Banco do Brasil, Mapfre Seguros entre muitos outros. Isso significa que caso os recursos que mantêm a instituição ativa deixem de ser repassados, esta encerraria suas atividades e, por consequência, os direitos deixariam de ser formulados.

Entretanto, dado ao fato de que a inauguração da instituição do território ter contribuído para a visibilidade do bairro Caju, que é um local com baixa visibilidade aos olhos da Cidade do Rio de Janeiro, isso fez com que outros atores institucionais percebessem a necessidade de atendimento local e se instalassem na área, como por exemplo, a inauguração da Vila Olímpica Mané Garrincha, inaugurada em 2012 no bairro e, de forma atravessada, o projeto UPP social. Isso significaria que caso a FGL encerrasse suas atividades haveria uma diminuição da oferta que não atenderia a toda a demanda do território, e não extinguida por vez, pelo fato de já existem outros serviços locais com o olhar próximo ao da FGL.

O diferencial da instituição para com os outros atores do mesmo território é dado a partir da integração da política de intervenção da instituição, porque ela não tem um caminho único, pelo contrário, possui uma série de conhecimentos que vão se integrando e articulando, o que é comum à grande

maioria das ONGs, tal como sua noção de sucesso individual dos seus usuários. Por exemplo, é possível destacar a política de Assistência Social articulada ao lazer como estratégia de contribuição com o processo de aprendizado, para além de atividades esportivas, atividades culturais e atividades focadas na literatura, o que têm por consequência um trabalho interdisciplinar real na proteção e desenvolvimento de políticas de proteção social.

3 Variações do olhar sobre a infância no Brasil

O presente capítulo trata acerca das referências histórico-conceituais que balizam e fundamentam este estudo. Procura-se narrar e explorar eventos e práticas voltadas à proteção de crianças e adolescentes na história republicana do país e como certas mudanças trouxeram à tona a fragilidade dos mecanismos de controle social utilizados pela Igreja ao longo dos séculos antecedentes, discute a transição da filantropia preconizada no período republicano, para a consolidação da cidadania infanto-juvenil.

É sabido que o processo de consolidação da cidadania infanto-juvenil é recente, o que indica um processo de mudança ainda em curso. Portanto, tal estudo propõe uma sistematização relativa à temática com intuito de instrumentalizar o tema do presente trabalho: A Fundação Gol de Letra, sua caracterização no campo assistencial e o debate acerca dos serviços ofertados por esta ONG pertencente ao denominado “terceiro setor”.

3.1 Infância(s) no Brasil republicano

O conceito de infância no Brasil adquiriu um novo significado a partir das transformações econômicas, políticas e sociais do século XIX – quando a criança passa a ser responsabilidade também do Estado, no âmbito público, deixando de ser apenas do âmbito privado com sua família e instituições substitutas a esta. Tal mudança acompanhou a transição da sociedade tradicional de base agrária para o modelo capitalista, de base urbano industrial. Mesmo considerando que esta transição não tenha sido processada nos moldes dos países europeus, registra-se uma mudança da

mentalidade e a ciência é posta em cena, fazendo com que o homem reinterprete o mundo. Rizzini (2011) afirma: “O interesse pela infância, nitidamente mais aguçado e de natureza diversa daquela observada nos séculos anteriores, deve ser entendido como reflexo dos contornos das novas ideias.”. (Rizzini, 2011, 24)

A formação da sociedade capitalista demandava a criação de mecanismos visando à regulação social, pois o progresso trazido pelo desenvolvimento industrial carregava consigo uma série de contradições, onde, de um lado trazia possibilidades de bem-estar enquanto crescia o abismo entre riqueza e pobreza, fazendo com que manifestações de revolta e desorganizações sociais crescessem cada vez mais. “Temia-se, sobretudo, que a deterioração material acentuasse a degradação moral em escala comparável a uma epidemia. O contágio era tido como inevitável; reproduzia-se no seio das famílias pobres e ameaçava a sociedade como um todo.” (Rizzini, 2011, 49).

Com isso, iniciativas para galgar os degraus para construção da nação e título de “país civilizado” passam a ser tomadas, porém, não existia como meta um alívio da pobreza tendo em vista maior igualdade social – como fora feito, por exemplo, na Inglaterra no séc. XIX. Himmelfarb (apud Rizzini, 2011) com base nos relatos de Henry Mayhew e Charles Booth (Himmelfarb, 1983 e 1991) retrata uma imagem sobre a miséria na cidade de Londres deste período, afirmando que “[...] havia na época uma ‘consciência coletiva ou de classe’, que transparecia como uma espécie de ‘senso de responsabilidade’ para com os menos favorecidos – a própria expressão do movimento filantrópico de então.” (Rizzini, 2011, 49). O cenário observado no Brasil

nesse momento era de um “[...] controle através da moralização do pobre, impedindo que a massa populacional galgasse maior espaço para exercício da cidadania plena.”, (Rizzini, 2011, 50) recaindo sobre a infância a perfeita ilustração deste controle, conforme será observado adiante.

O Brasil na chamada ‘República Velha’ vivia neste período uma forte onda de criação, onde o anseio de libertar o país de uma condição de atraso, ignorância e barbárie, em que Rizzini (2011) descreve como “um total desgoverno. [...] cenas devastadoras de miséria, ignorância, epidemias e todos os sinais do mais cabal atraso no país.” (Rizzini, 2011, 52), traz à luz o anseio de formar e/ou reformar sua imagem gerada no período escravocrata para uma nação culta e civilizada com a proclamação da república, uma vez que foi detectada a “urgência em restabelecer a ordem, o que deu margem ao uso da mais violenta repressão a qualquer tipo de manifestação popular” (Rizzini, 2011, 52).

Este período foi de extrema importância para o pensamento social brasileiro, pois foi nesta passagem do regime monárquico para o republicano que a infância passou a ser vista com um novo olhar e, por conta disto, passou a receber novas formas de atenção, onde os ideais e nação vistos no processo de implementação da República e a missão civilizatória e idealista de “fazer o povo” (Lopes Trovão, 1896, apud Rizzini, 2011) foi assumida pela classe de intelectuais – filantropos e reformadores, como médicos, juristas, sociólogos e profissionais liberais – e não por quem realmente governava o país, onde cabia a estes a responsabilidade de uma “reforma moral” (Rizzini, 2011) do país, onde a infância ocupou lugar central.

Esse novo quadro faz com que o interesse pela infância seja maior, e, segundo reflexões de Rizzini (2011), a criança passa a ser vista como o “futuro da nação”, em forma de esperança, onde a forma correta de educação faria com que esta tivesse utilidade para a sociedade, porém, ao mesmo tempo ela também passa a desempenhar uma ameaça que, até o presente momento, nunca havia sido observada, onde a inocência passa a ser posta em cheque e elementos como a crueldade passam a ser reconhecidos, fazendo com que estas crianças fossem afastadas de caminhos passíveis à criminalidade, evitando a possível delinquência.

Ora, por ser a criança o “futuro da nação”, a ideia de que é possível moldar a criança a fim de transformá-la num “homem de bem” ou em um “degenerado” toma força e cabe a ela a responsabilidade de se tornar útil ou inútil para o progresso da nação. Porém, a criança objeto de interesse e preocupação pertencia às camadas pobres da população, conforme descreve Rizzini (2011) “[...] a possibilidade de molda-la para o bem (virtuosa) ou para o mal (viciosa), [...] apontavam a necessidade de atingir, sobretudo a infância que se encontrava *moralmente abandonada*, até então sujeita à má influência de famílias *viciosas* [...]” (Rizzini, 2011, 27) e, por conta do discurso moralizador da necessidade de transformar a nação para que esta seja civilizada, onde a criança aparece como um dos principais instrumentos, pois, aos olhos da elite “descobrem-se na alma infantil elementos de crueldade e perversão. Ela passa a ser representada como delinquente [...]” (Rizzini, 2011, 26) fazia com que não se encaixassem no ideário de nação.

O foco intervencionista do Estado abrange a criança e sua família, responsabilizando-a de forma individualizada, conforme descrito em “aqueles

que não pudessem ser criados por suas famílias, tidas como incapazes ou indignas, seriam de responsabilidade do Estado.”. (Rizzini, 2011, 25).

No Brasil ao final do século XIX, a criança passa a ser vista como “filha da pobreza” e Rizzini (2011) a descreve como ‘material e moralmente abandonada’ e um ‘problema social gravíssimo’ objeto de uma ‘magna causa’ que demanda atenção especial. Entretanto, é no referencial jurídico em que ocorre a divisão da infância em duas categorias: a da criança e a do menor.

[...] dicotomização da infância: de um lado, a **criança** mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o **menor**, mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais, e para o qual poder-se-ia dizer com José Murilo de Carvalho, estava reservada a “estadania”². (Rizzini, 2011, 29).

Conforme escrevem Heringer et alli (1992), a figura do “menor” é construída nesse contexto pós-escravidão com modelo econômico concentrador de renda, onde este era visto, ao mesmo tempo, como vilão e vítima da ‘modernidade’, como um desajustado e marginal. Esse “menor” se insere na mesma faixa etária da criança, mas existe um abismo que os diferencia, uma vez que, diferentemente da criança, o “menor” vive em uma situação irregular por conta de sua família “desestruturada” e de baixa renda.

Para este menor são fabricados instrumentos de cunho médico-jurídico-assistencial, onde metas eram descritas e funções elucidadas, seja para defesa deste menor ou para a defesa da sociedade como um todo. De acordo com Rizzini (2011) os objetivos eram a “prevenção”, onde se vigiava a

² Segundo Rizzini (2011), José Murilo de Carvalho utiliza o termo *estadania* para se referir à ação paternalista do Estado à participação de cidadãos ativos no processo político.

criança a fim de evitar sua degeneração; a “educação”, onde educavam o pobre moldando-o conforme os interesses para que vivesse conforma as regras da “boa vizinhança”; a “recuperação”, onde o menor é recuperado da criminalidade e se torna útil para a sociedade; e ‘repressão”, cujo objetivo é conter o menor para que não cause danos a outros e tente sua reabilitação via o trabalho.

Essas particularidades foram socialmente atribuídas e exaltam reflexos violentos na vida desta infância condenada. Segundo Heringer et alli (1992) são criados mitos que se apresentam como naturais e inalteráveis – como, por exemplo, o pivete provém sempre de uma família desestruturada e é perigoso, precisando ser contido como um caso de polícia – e as relações sociais e políticas públicas tomam tais mitos como verdades absolutas para se desenvolverem.

Nesse contexto Rizzini (2011) afirma que a medicina, justiça e filantropia unem-se em prol da manutenção da paz social e do futuro da nação, com intervenções voltadas para diagnosticar as possibilidades de recuperação e formas de tratamento, prevalecendo a educação sobre a punição e prestando assistência aos pobres, respectivamente.

Nesse movimento, “com discursos e práticas que nem sempre se harmonizavam entre si, a conexão jurídico-assistencial atuará visando um propósito comum: ‘salvar a criança’ para transformar o Brasil.” (Rizzini, 2011, 27). São as ações destas intervenções que fazem com que sejam trazidas à luz as potencialidades de moldar a infância para o bem ou para o mal, ou seja, para que seja virtuosa ou viciosa. Nessa lógica, era entendido o educar da criança como cuidar da nação, moralizá-la como forma de civilizá-la, isto é,

cuidar da criança e vigiar sua formação era salvar a nação, resumidamente, 'salvar a criança era salvar a nação'.

Tratava-se de um projeto político, onde, de acordo com Rizzini (2011), era preciso proteger a infância como forma de proteção da sociedade, onde a criança deve ser protegida e também contida, para não causar danos a esta sociedade – o que remete a percepção da infância da época, que estava ora em perigo e ora era perigosa – e esta percepção está atrelada às crianças das classes pobres, onde era argumentado que o investimento na infância era para civilizar o país e, por conta disto, se impôs uma tutela aos filhos desses pobres, fazendo com que seus passos fossem cercados e os mantendo alijados dos bens e serviços sociais. Contudo, tal proposta de proteção à infância a fim de proteger a sociedade demonstrou que, ao invés de constituir um gesto de humanidade, se tornou um obstáculo para a formação de uma consciência de cidadania.

Tal afirmação é tida como verdadeira, pois, conforme elucida Rizzini (2011), tendo em mente as crianças pobres, a educação da criança em prol do futuro da nação significava moldar tais crianças para a submissão – o que explica o investimento do país em uma política jurídico-assistencial à infância ao invés de uma de educação de qualidade com acesso para todos. Esse fato reforça a divisão da infância em dois ramos, onde de um lado temos o menor que simboliza o pobre com crescente potencial perigoso e mantido sob tutela do Estado, enquanto do outro se vê a criança que representa a esperança da sociedade, mantida pelo cuidado da família com cidadania reservada.

O significado social da infância era tido na perspectiva de moldá-la de acordo com o que faria o Brasil se tornar a nação ideal. A preocupação com a infância estava intimamente ligada à preocupação com o futuro do país. As ações de proteção a infância perdem seu sentido caritativo/religioso e passam a ser no sentido laico e judicializado, ou seja, deixa-se de ajudar, amparar e abrigar para se defender perante o mal.

A consciência de que na infância estava o futuro da nação, tornava necessário criar mecanismos que protegessem a criança dos perigos que pudessem desviá-la do caminho do trabalho e da ordem. Assim como era preciso defender a sociedade daqueles que se entregavam à viciosidade e ameaçavam a paz social. (Rizzini, 2011, 83).

A criança era vista como uma peça de suma importância para a construção de uma nação forte. Contudo, existia uma grande preocupação da realidade das condições que estas crianças viviam, pois, segundo pesquisas apontadas por Rizzini (2011), jornais da República Velha apontavam instituições abarrotadas de crianças abandonadas, com índices altíssimos de mortalidade, asilos abrigavam crianças entregues à ociosidade e más influências das ruas. Representantes da sociedade brasileira da época apontavam esse grande descaso com o país e Rizzini (2011) transcreve um importante discurso do então Senador Lopes Trovão:

[...] quem com olhos observadores percorre a capital da Republica vê apezarado que é nesse meio peçonhento para o corpo e para a alma, que bôa parte da nossa infancia vive ás soltas, em liberdade, incondicional, ao abandono, imbuindo-se de todos os desrespeitos, saturando-se de todos os vícios, aparelhando-se para todos os

crimes. [...] eu me volto para a infância – os pequeninos de hoje que serão os grandes de amanhã; é nela que ponho as esperanças da grandesa do actual regimen pela regeneração da patria. (Rizzini, 2011, 90, IN: Moncorvo Filho, 1926: 130).

Essa figura da criança entregue à ociosidade e más influências das ruas, para além de ser vista como um perigo e refletir a violência urbana, incomodava ao trazer à luz a miséria cotidiana e a desigualdade. De acordo com Heringer, et alli (1992), elas traziam à tona o país que não soube se construir pautado nos princípios do respeito humano que faz com que sua “população cidadã”³, por conta disto, não consiga pensar o motivo pelo qual esses “menores” estão na rua e as consequências dos estereótipos que sofrem. Tal fato faz com que se trate como ‘exceção’ a real característica do país desigual e população extremamente pauperizada, uma vez que essas crianças e adolescentes expunham, de maneira notória, a distância entre realidade nacional e cartão postal da modernidade a qual se almejava.

3.2 Projetos em disputa: caridade, filantropia e cidadania

Os mecanismos de controle social, a assistência ao pobre liderada pela Igreja e baseada na caridade, já não funcionavam mais e a grande massa de pobres deixava de ameaçar somente o projeto futuro de nação, mas também a estabilidade da I República. Rizzini (2011) autentica isso quando nos informa que “[...] o modelo vigente de assistência ao pobre, liderado pela Igreja e baseado nos princípios da caridade, estava desgastado e caduco. O apelo era pela necessidade de mudança.” (Rizzini, 2011, 90), ou

³ A população é entendida como “cidadã”, pois está de acordo com o que é socialmente imposto a eles. O “menor”, em conjunto a sua família, não são considerados cidadãos, pois, são desajustados e desestruturados à ordem.

seja, por uma intervenção do Poder Público, uma vez que, segundo a mesma autora, a intervenção seria por parte deste “a exemplo do que já se havia consolidado nos países ditos civilizados” (Rizzini, 2011, 90).

Por conta disto, observa-se uma gradual mudança da assistência dirigida aos pobres, conforme evocada pela sociedade, onde a Igreja perde seu domínio enquanto o Estado ganha forças, “[...] como parte de uma tendência já claramente identificada no mundo europeu do século XVIII” (Rizzini, 2011, 90-91). Os valores da caridade entram em conflito com os ideais da filantropia, em conformidade com Rizzini (2011):

Observa-se o deslocamento do domínio da Igreja, associada aos setores públicos e privados, para o domínio do Estado, que passa a estabelecer múltiplas alianças com instituições particulares. Entram em conflito os valores enfraquecidos da caridade e os novos ideias da filantropia. Trata-se de um processo que em parte decorre das mudanças nas relações de poder que vinham ocorrendo entre Igreja e Estado no cenário político internacional. (Rizzini, 2011, 91)

De acordo com Rizzini (2011), a caridade simboliza a maior das virtudes teologais e significa o amor ao próximo, sendo intimamente ligada ao amor de Deus. No contexto laico, a caridade passa a ideia de uma virtude de cunho humanitário, designada pela compaixão, misericórdia, beneficência, benevolência e filantropia. A caridade na sociedade moderna é resultado da percepção da desigualdade social que faz brotar a compaixão diante da miséria humana. A filantropia é definida como “amor à humanidade”. As sociedades filantrópicas são destinadas a amparar a pobreza, e este sentimento estaria no íntimo da natureza humana, e nada tem a ver com religiosidade.

Assim como observado ao longo deste estudo, a passagem da caridade para a filantropia está ligada às transformações econômicas, políticas e sociais. Os pobres eram tipificados como ameaça a ser contida e as instituições religiosas não podiam cumprir com essa missão, por conta disto, a passagem para essa “caridade laica” ou filantropia “[...] acarretaram profundas transformações no panorama econômico, político e social dos tempos vindouros”, onde, “Uma série de fatores estariam envolvidos [...] fatores esses que constituíam o prenúncio de uma nova composição dos poderes estabelecidos até então.” (Rizzini e Rizzini, 2011, 92-93).

Somado a tal fato, segundo Rizzini (2011), “A laicização da assistência aos pobres está associada, ainda, ao advento do mercantilismo, o qual possibilitou o progresso da circulação monetária e o desenvolvimento da chamada ‘civilização urbana’⁴” (Rizzini, 2011, 93). Para além disto, essa ‘laicização da assistência’ mantinha a finalidade da salvação pessoal, como vista na ação caritativa religiosa, porém, através de sociedades filantrópicas, onde era imposto o restabelecimento da ordem estipulando “[...] benfeitorias que garantissem a salubridade pública” (Rizzini, 2011, 93), o que explica o início do movimento higienista ⁵ brasileiro que se desenvolveria posteriormente.

A força da filantropia resultou da urgência em ajustar as bases do Estado liberal, na lógica capitalista, à realidade da sociedade moderna. Nesse contexto ocorre, gradativamente, segundo Montañó (1999), a

⁴ Rizzini grifa o termo e faz referência à Polanyi, 1980, 76.

⁵ Movimento entre os séculos XIX e XX que defendia padrões sociais e de comportamento em nome da saúde.

passagem da “lógica do estado” para as “lógicas da sociedade civil” que gera, conseqüentemente, uma expansão do chamado “terceiro setor”⁶.

O Estado foi criado e é mantido pelo modelo capitalista de produção, o que significa ser que este participa da “lógica do capital” e é impossível entendê-lo alheio a este meio de produção. De acordo com o pensamento de Montaño (1999), o Estado moderno deixa de lado a “esfera política restrita” – própria dos Estados elitistas – para uma nova “esfera pública ampliada” – que possui, como característica, atores políticos de crescentes organizações de massa.

Constituiu-se como estratégia para solução da crise “que se alastra interminantemente desde 1870 até o *crash* de 1929, como mecanismo de diminuição da insatisfação popular e dos conflitos” (Montaño, 1999, 4) a “lógica da democracia”, ligada diretamente ao Estado moderno, a fim de consolidar, legitimar e desenvolver a ordem. Entretanto, segundo Montaño (1999), pela histórica falta de representatividade do Estado de classe em conjunto à insatisfação popular levaram

[...] por um lado, os setores sociais subalternos a se manifestarem e participarem por suas reivindicações e direitos. Por outro lado, o aumento progressivo da participação popular (e da cidadania) é incorporado também pelos setores dominantes que procuram contrarrestar os avanços populares, estabelecendo, a elite dirigente, alianças com as novas forças sociais, e revestindo-se de novos fundamentos de legitimidade. (Montaño, 1999, 4)

⁶Nas palavras de Montaño, as aspas são justificadas porque “o conceito em questão tem tanto sua origem ligada a *visões segmentadoras*, ‘setorializadas’ da realidade social (nas tradições positivista, neopositivistas, estruturalista, sistêmica, funcionalista, do pluralismo e do institucionalismo norte-americano, etc.)[...]” (Montaño, 2007)

Tais fatos fizeram com que a participação, cidadania e a democracia fossem utilizadas tanto para legitimar o poder, quanto para lutar contra as desigualdades sociais.

Segundo Montaño (1999), para dar autenticidade e desenvolver a “lógica capitalista”, o Estado faz um uso instrumental da democracia. Tal uso instaura uma contradição pouco visível entre a expansão da cidadania, expansão da sociedade civil e expansão do capitalismo. Montaño (1999) considera que as “lógicas da sociedade civil” são constituídas como estratégia para autenticar o sistema capitalista e possuem fundamento qualitativo, ou seja, não tem por referência quem constitui maioria, mas sim, os que possuem maior poder político-econômico que têm o poder de decisão. Nesta lógica, a “sociedade civil” “converte a igualdade perante o Estado em *desigualdade* (escondida por trás da “liberdade”): as pessoas se diferenciam, aqui, pelo que possuem (riqueza, poder, saber etc.)” (Montaño, 1999, 8). Por conta disto ocorre a mudança da “lógica democrática” para a “lógica da concorrência”, onde, segundo o autor, o individualismo proveniente do sistema capitalista faz com que a conquista de um provenha, constantemente, na derrota do outro.

Enquanto o *Estado*, para legitimar-se e legitimar a “lógica do capital”, precisa desenvolver a “perigosa” “lógica democrática”, na “*sociedade civil*”, no “mercado”(sempre conceituados a partir do uso que fazem os liberais), pelo contrário, a legitimação da “lógica capitalista”, que perpassa e compõe tanto o Estado quanto a sociedade como um todo, é procurada mediante a “lógica da concorrência”. (Montaño, 1999, 9)

Com a passagem da “lógica do Estado” para as “lógicas da sociedade civil” ocorre a passagem das questões econômicas do Estado para a

“sociedade civil” e se mantém, no Estado, de acordo com Montañó (1999), algumas áreas sociais e os processos políticos formais. Assim, observa-se na perspectiva liberal, uma mudança do que é considerado estatal para público, tal como do que é tido como mercado econômico em mercado privado; além disso, têm-se uma divisão do Estado e da sociedade civil como esferas autônomas, como os dois primeiros “setores” da sociedade.

Montañó (1999) indica que na concepção que classifica a sociedade em setores, ao “primeiro setor”, o Estado, cabe a função de “prover uma estrutura para o mercado, e prover serviços que o mercado não pode fornecer.” (Hayek, apud Montañó, 1999: 11). Além disso, presume a redução do Estado ao destituir sua responsabilidade de promover justiça e seguridade social. Por um lado o Estado fornece serviços e assistência a populações que não podem obter através do mercado a fim de evitar conflitos sociais, enquanto prega um “Estado mínimo” (sem intervir na economia e vida social das pessoas), o que gera a figura do Estado como organização política com função de garantir a liberdade no mercado.

Já o “segundo setor” é explicado por Montañó (1999) como a sociedade civil, o privado e econômico, ou seja, o mercado. Nesta perspectiva, os processos econômicos devem se desenvolver no mercado da sociedade civil e é neste local que existem as empresas.

Contudo, segundo Montañó (1999), uma “nova” área, constituída por atores não exatamente novos se apresenta, procurando um destaque dos campos tradicionais que desempenham funções públicas a partir dos espaços privados. Apresenta-se, como além do Estado e do mercado, um terceiro personagem, um “terceiro setor”, onde este é contrário ao Estado e é

visto como “não-governamental” e contrário ao mercado, visto como “não-lucrativo”.

Quadro 1: Os “setores” da sociedade

- * **ESTADO** = público = área “social” marginal + área “política” formal
- * **SOCIEDADE CIVIL** = privado = área “econômica” = mercado
- * **“TERCEIROSETOR”** = área “social” (atividade pública na esfera privada)

(Montaño, 1999, 13)

Nesta conjuntura, Montaño (1999) indica que o trato à “Questão Social” traz à luz a precarização das políticas sociais estatais, através de um duplo processo de desconcentração e focalização das políticas sociais estatais como resposta do Estado à “questão social” dirigida as populações pobres. Somado a isso, Montaño (1999) aponta a privatização da seguridade, das políticas sociais e assistenciais, podendo esta seguir a partir da re-mercantilização dos serviços sociais, onde estes são transformados em mercadorias e vendidos ao consumidor. Este modelo traz uma nova forma de extração da mais-valia do trabalhador; ou a partir da re-filantropização das respostas à “questão social”, pois grandes setores populacionais ficarão sem acesso à precária e focalizada assistência estatal e não possuirão condições aos caros serviços privados.

Desta forma, conforme conclui Montaño (1999), é que se constitui o chamado “terceiro setor”, que atende a população excluída e assume para si as funções “deixadas de lado” pelo Estado e acabam entrando no esquema de privatização das áreas econômicas e de re-mercantilização e re-filantropização da “questão social.”.

O autor explicita que o chamado “Terceiro Setor” pode ser entendido como um conjunto de instituições, ONGs, fundações e etc. que “desempenhando funções públicas, encontram-se fora do Estado, no espaço de interseção entre este e o mercado, porém, sem declarar fins lucrativos.” (Montaño, 1999, 20). Este “terceiro setor” se expande a partir do aumento da participação da sociedade no que tange ao tratamento às “questões sociais”. Essa expansão, de acordo com o autor, faz com que se reforce a sociedade civil e diminua o poder estatal, estimulando os laços solidários num espaço de produção e/ou consumo de bens e serviços, de maneira não-mercantil.

Conforme o estudo de Landim (1999), o “terceiro setor” evoca possibilidade de interação, diminuindo a ideia de contradição. A noção de “setor” tende a minimizar as diferenças sociais e políticas, enquanto ONG diferencia subconjuntos de organizações a partir de seus papéis sociais.

[...] ONG, que distingue e diferencia sub-conjuntos de organizações a partir de seus ideários, papéis, alianças na sociedade, a ideia de “setor” é abrangente, tendendo à homogeneização ou minimização de diferenças que podem ser social e politicamente significativas. (Landim, 1999, 2)

Landim (1999) nos aponta que no senso comum, a expressão é tida como “neutra”, para indicar um campo de associações e interações presentes em processos sociais. Contudo, o termo não é neutro; provém dos EUA num “[...] contexto onde associativismo e voluntariado fazem parte da cultura política e cívica baseada no individualismo liberal, em que o ideário dominante é o a precedência da sociedade com relação ao Estado.” (Landim, 1999, 2)

Por conta disto, a expressão chegou ao Brasil carregada de suposições, entretanto, ganha força no terreno do mercado, onde é utilizada

de forma naturalizada e funciona através do repasse de recursos a projetos de ações sociais. É importante frisar que, de acordo com Landim (1999), o termo “terceiro setor” é utilizado para passar a ideia que as organizações sem fins lucrativos vêm para substituir o Estado no enfrentamento das questões sociais.

[...] frequentemente terceiro setor é utilizado, implícita ou explicitamente, para produzir a ideia de que o universo das organizações sem fins lucrativos é espécie de panaceia que substitui o Estado no enfrentamento de questões sociais – como na resolução do problema de emprego, ou da assistência, por exemplo. (Landim, 1999, 2)

A autora elucida que a partir dos anos 1980 houve um crescimento de debates com referências teóricas no universo das organizações privadas de caráter voluntário, visando atuar em benefício público. Neste debates foram questionadas as características e papéis representados por organizações sociais, independente de seus ideais e graus de formalização.

As organizações são designadas por diversas expressões⁷ que, com o passar do tempo, ganham visibilidade e se constroem socialmente para eleger fenômenos e questões relacionadas ao universo das organizações da sociedade civil, que indicam “transformações atuais tanto no plano de concepções, quanto no de fenômenos sócias” (Landim, 1999, 4), compreendendo a redefinição do papel do Estado.

Nesses debates ocorridos ao longo dos anos 1980, Landim (1999) aponta que velhos conceitos são retomados – solidariedade, assistência, caridade, voluntariado etc. – e uma possível retomada de práticas ligadas a

⁷ Segundo Landim (1999) “*Nonprofit sector, third sector, independent sector, voluntary sector, charities, économie sociale, associations humanitaires...*” (Landim, 1999, 4)

eles são discutidos. Clássicos conceitos como sociedade civil são revisados e tidos como referencial.

O “terceiro setor” aparece, portanto, como um “lugar não apenas da autonomia organizativa, mas também da atualização de valores e práticas sociais incapazes de se realizarem no terreno do mercado” (Landim, 1999, 5) ou seja, um espaço de manifestação do pluralismo. Este chamaria, no sentido próprio, um conjunto diferenciado de organizações e, no sentido figurado, um espaço de afirmação dos valores. A partir desta concepção de “terceiro setor”, Landim (1999) nos informa que as organizações da sociedade civil são tidas como mercado de trabalho, mas também como terreno de ação voluntária.

No contexto brasileiro as discussões envolvendo as organizações privadas sem fins lucrativos são recentes, quando comparadas a outros países, por conta das características do contexto nacional. Landim (1999) pontua:

[...] o Brasil tem sido visto e estudado como uma sociedade onde, historicamente, foi forte a presença de um Estado centralizador e patrimonialista que, através de esquemas corporativistas, sempre tentou controlar e cooptar grupos de interesse e instituições, fazendo passar as disputas na sociedade pelo crivo do poder público. Como se diz, criou-se desde as origens coloniais uma sociedade “a partir” do Estado. (Landim, 1999, 7-8)

A autora conclui, a partir do pensamento supracitado, que isso traz à luz, para além do Estado privatizado, uma constituição do mercado tardia e uma fragilidade na sociedade civil. Contudo, recentemente, Landim (1999) pondera que o Brasil criou condições para um desenvolvimento acelerado de organizações do tipo associativo. Junto a isso, houve

transformações econômicas, sociais e políticas. Esses elementos têm elevado, de acordo com a autora, de maneira nunca antes vista, a questão do papel das entidades privadas dedicadas à ação no espaço público.

As organizações voluntárias sem fins lucrativos têm sido apontadas como locais privilegiados nos debates de uma contracorrente da chamada exclusão social, de acordo com Landim (1999). Para isso, são utilizadas iniciativas relacionadas a, por exemplo, voluntariado, associativismo comunitário e de vizinhança e etc., onde esses padrões vêm sendo ponderados sob a perspectiva do papel do chamado terceiro setor, considerando as fronteiras entre o público e o privado. Além disso, estas organizações também são associadas à construção dos movimentos sociais contemporâneos, sobretudo ONGs.

Nos anos 1970-80 estas aparecem como “atores ligados aos movimentos sociais que germinam ainda dentro do regime autoritário, como o novo sindicalismo, os movimentos de bairro, as lutas pela terra etc. É o tempo da ideia do ‘popular’, que mais tarde viria a se transformar na de ‘sociedade civil’” (Landim, 1999, 9). Nos anos 80-90, Landim (1999) continua a demonstrar que estas ganham destaque e aparecem como elementos na criação identidades e grupos de interesses diversificados. “Nesse contexto, as organizações sem fins lucrativos aparecem, portanto, no bojo das discussões sobre a redefinição do conceito de cidadania diante das diferenciadas identidades, valores, interesses que surgem na cena pública, nas sociedades contemporâneas.” (Landim, 1999, 10). Nos anos 1990 “começam a surgir trabalhos sobre transformações tanto nas características desses movimentos, como no campo das ONGs, [...] o termo terceiro setor

vem sendo empregado [...] como designação expressiva dessas transformações” (Gohn, 1998, apud Landim, 1999, 10)e, por conta disto, ocorre uma dissolução do significado da categoria ONG onde esta passa a ser cada vez mais ampla para nomear qualquer organização pertencente a sociedade civil.

Os recentes fenômenos sociais fazem com que se desenvolva no Brasil um debate sobre a representatividade das organizações sem fins lucrativos para com as políticas públicas e das transformações do Estado na contemporaneidade. Landim (1999) traz o questionamento acerca do papel dessas organizações e suas possíveis funcionalidades enquanto substitutas do Estado, que deixa de cumprir com seus papéis sociais e delega para a sociedade sua execução quando indaga se “Será esse papel o de complementar, substituir, propor, co-gestionar ou controlar a execução de políticas públicas?. [...] Em que medida a ideia e as práticas de um “fortalecimento da sociedade civil” ou de um “terceiro setor”, correspondem a estratégias de redefinição do papel do Estado em termos neoliberais?” (Landim, 1999, 10).

O debate sobre o papel das organizações não governamentais se torna cada vez mais complexos, de acordo com Landim (1999), por conta dos fatos vistos na cena pública, envolvendo diversas formas de colaboração entre essas organizações e o Estado com relação a políticas públicas, que é visto como um ator que “não da conta do recado” e as organizações vêm para uma “substituição” de sua “funcionalidade”.

Entretanto, Landim (1999) pondera que é importante considerar que a autenticidade dessas “parceiras” pode representar um retrocesso, pois, ao

mesmo tempo em que as organizações privadas sem fins lucrativos colaboram com o Estado “na prestação de determinados serviços públicos” (Landim, 1999, 11), também possuem uma relação tomada por autoritarismo, clientelismo político e desvio de fundos públicos para fins privados.

Desta maneira, de acordo com o pensamento de Landim (1999) ao interpretar Montaño (1999), o terceiro setor expressa, não mais do que a “*refilantropização da questão social, ou a remercantilização da questão social*”, a partir de uma *nova estratégia de legitimação do sistema capitalista* que, no contexto neoliberal, “*tem como eixo central a passagem das ‘lógicas de Estado’ para as ‘lógicas da sociedade civil’ ou na equalização que faz a corrente liberal, para as lógicas do mercado*” (Montaño, 1999, apud Landim, 1999, 11).

Não se trata da ressurgência da filantropia caritativa, tal como as obras sociais que a Igreja Católica desenvolvia. Mas da emergência de um discurso inovador: a garantia dos direitos sociais e da cidadania. Entretanto, esse procedimento discursivo tende a encobrir a razão do crescimento exacerbado do Terceiro Setor: a desconfiguração das políticas públicas sociais de caráter universal.

Com isso, analisando o estudo de Landim (1999) e Montaño (1999), conseguimos observar que na história brasileira é factível que mesmo nunca tendo havido políticas regulares e/ou coerentes com relação às organizações voluntárias, estas sempre estiveram presentes no fazer das políticas públicas. “É impossível analisar determinadas políticas sociais sem chegar às organizações sem fins lucrativos; principalmente em áreas como a da saúde ou da assistência social.” (Landim, 1999, 12) e é a história da relação Estado

X Sociedade que faz com que as especificidades dessas colaborações existam.

No campo das organizações de defesa de direitos e de ascensão da cidadania, de acordo com Landim (1999), não foi predominante a cooperação com o Estado, mas sim, uma divergência com este. A autora explica o fato por conta das experiências sofridas por regimes autoritários brasileiros.

De acordo com os estudos analisados no presente trabalho, podemos ver que o campo dessas organizações sem fins lucrativos possui muitos significados e interpretações, por conta da mistura de sua herança histórica com a contemporaneidade, onde vemos discursos e práticas “de uma assistência paliativa convivem com os da co-gestão, controle e proposição de políticas frequentemente no interesse de setores populares e excluídos.” (Landim, 1999, 13). É nesse contexto que emerge a Fundação Gol de Letra, como tantas outras no país, cuja sede a ser tratada é a do Rio de Janeiro que se localiza no Caju.

4 A contribuição da Fundação Gol de Letra

Neste capítulo serão apresentados profundamente a FGL, seus projetos, papel e importância no território no qual pertence. Todo o resultado apresentado reflete o período em que se deu a presença no campo de estágio, compreendida entre os meses de julho de 2014 a dezembro de 2015.

4.1 A Fundação Gol de Letra

Conforme já citado ao longo deste estudo, a FGL é tida como uma instituição privada sem fins lucrativos e reconhecida como ONG.

O público é selecionado de acordo com o grau de vulnerabilidade social, seguindo critérios da PNAS, que pressupõe a centralidade na família e a importância do caráter sócio-assistencial das ações, com o objetivo de desenvolver contextos de proteção social familiar e comunitária.

A atuação da FGL é tida como uma proposta de educação integral no território, a partir da integração entre práticas educacionais e de assistência social. Os programas são voltados para o atendimento de crianças, adolescentes e jovens, em conjunto ao desenvolvimento comunitário e de suas famílias. Durante o tempo no qual o presente estudo foi realizado, três programas estavam em funcionamento: o Programa Dois Toques, Programa Gol de Trabalho e Comunidades.

Contudo, a FGL possui um limitador⁸ em sua intervenção. Suas ações são demarcadas pela política de segurança pública e a ocupação desta segurança pública no território – UPP Caju – que hoje impõe duas forças contrárias no território, o poder paralelo e a política de segurança pública institucionalizada pelo Estado. Essa situação de forças distintas atuando no mesmo território acaba por colocar o morador, o cidadão residente, numa situação ainda maior de vulnerabilidade social.

O que se têm observado no território é uma exposição da violência, onde não se consegue distinguir se é uma violência institucional do poder legitimado pelo Estado ou a violência do poder paralelo que, de alguma forma, também está institucionalizado e se mantém no território. Esse fato faz com que seja necessário um “diálogo” entre duas forças contrárias entre si onde a instituição se vê numa zona no qual não se tem mais uma ideia de até onde se pode ir e que nível de confiança pode se ter nesses atores.

4.2 Programa Dois Toques

Estabelecido em 2006, desenvolve ações socioeducativas em diferentes linguagens, para 250 participantes diretos (crianças de 7 a adolescentes de 15 anos) e formação de 12 monitores (jovens de 15 a 18 anos) nas áreas educacionais oferecidas ao público direto, suas famílias e demais moradores do bairro. O Programa Dois Toques tem por objetivo contribuir para a educação integral destes usuários diretos e monitores tendo como viés principal aprendizagens esportivas, o convívio social, e saberes e práticas da língua portuguesa falada, escrita e da literatura visando à sua

⁸ Esse limitador não é exclusivo à FGL, pode ser observado em todas as instituições que se propõe a trabalhar em espaços de periferia e favela na Cidade do Rio de Janeiro.

alfabetização. Além disso, as atividades desenvolvidas no projeto abraçam as famílias dos alunos usuários e outros atores presentes nas comunidades bairro do Caju como escolas públicas e seus moradores.

Para que isso seja possível, são promovidas atividades socioeducativas esportivas, utiliza-se da oficina de letramento, que é composta de tecnologia digital, a ludicidade e a arte como ferramentas no processo de alfabetização e realiza-se ações educativas e culturais favorecendo o desenvolvimento de habilidades sociais dos usuários. Os monitores tem uma formação para que atuem na comunidade como mobilizadores de práticas de leitura, escrita, ampliação cultural, esporte e lazer. Além disso, ações de esporte e lazer são promovidas junto às famílias de todos os usuários atendidos no programa.

Dentre as crianças e adolescentes atendidos pelo Programa, são ofertadas 100 vagas para crianças com idade entre 07 e 10 anos, 150 vagas para adolescentes com idade entre 11 e 15 anos e 12 vagas para monitores com idade entre 15 e 18 anos. A divisão etária dos atendimentos não vai de acordo com o previsto ECA – Lei 8069 de 13 de julho de 1990 –, que prevê no Artigo 2º: Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. (ECA, 1990)

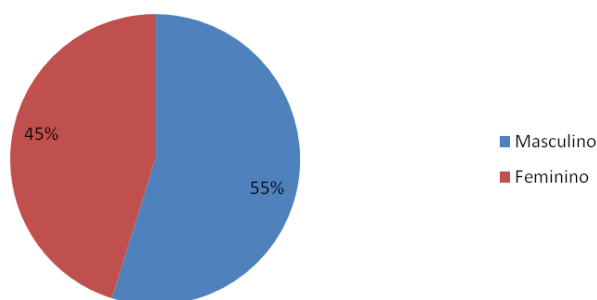
Em atenção aos usuários – crianças, adolescentes e monitores – tem como exigência para participar do Programa estar frequentando a escola, uma vez que a relação escolar é fortemente presente no Programa, além de um direito fundamental à toda criança e adolescente, e este funciona no contra turno escolar, atuando também como um direito a este público no que

tange à educação, esporte, lazer e outros direitos. Segundo o Artigo 4º do ECA:

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos **direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária** (ECA, 1990)

A proposta vigente do Programa Dois Toques possui, dentre diversas metas, a de manter a proporção entre os sexos dos usuários em equidade, ou seja, prevê que nossos usuários tenham igualdade de acesso ao programa considerando os sexos.

Quadro 2: Sexo das crianças participantes



Fonte: Avaliação Socioeconômica dos usuários do Programa Dois Toques. FGL, 2015.

O equilíbrio entre os sexos se dá de maneira tênue, quando comparado aos indicadores da proporção de homens e mulheres no Brasil, sendo este de 49% e 51% (Censo, 2010) respectivamente, assim como aos indicadores do Rio de Janeiro, onde homens e mulheres aparecem representando 47,69% e 52,31% (Censo, 2010) respectivamente. Isto significa que, ainda que a proposta de equivalência entre os sexos exista, ao analisar apenas as crianças e adolescentes, esse parâmetro não é, de fato, atingido, mais ainda

ao se comparar aos indicadores existentes no município e país, que demonstram a população feminina em maior número em todos os aspectos, diferentemente da realidade exposta na FGL.

4.3 Programa Gol de Trabalho

Estabelecido em 2008, se estende a 180 jovens de 17 a 30 anos na capacitação nas áreas de rotinas administrativas para viabilização de encaminhamento ao mercado de trabalho. Tem por objetivo a promoção da formação educacional e profissional de jovens moradores da comunidade para que sua educação e inserção no mercado de trabalho possibilitem transformações sociais, econômicas e culturais que os permitam exercer mais plenamente sua cidadania, bem como desenvolver práticas que os permitam almejar cargos e qualifica-los.

Os jovens atendidos neste projeto necessitam já ter concluído o ensino médio regular ou estarem cursando. É oferecido um curso de Rotinas Administrativas, onde são ministradas aulas de português, matemática, informática, inglês, formação pessoal e formação específica. Tendo duração de 6 meses, o curso funciona de segunda-feira à sexta-feira, sendo uma turma no turno da manhã e outra no turno da tarde.

4.4 Comunidades

Com tema central “as famílias e o desenvolvimento comunitário”, este programa busca fortalecer uma perspectiva “emancipatória”⁹ dos cidadãos e como público alvo as famílias das crianças, adolescentes e moradores

⁹ Vale considerar que a concepção de emancipação adotada pela instituição converge com a perspectiva de tornar as famílias menos dependentes da intervenção de terceiros, o que pode indicar uma responsabilização da família da sua condição de vulnerabilidade.

usuários diretos das ações socioeducativas; os moradores das comunidades do território de atuação da instituição; e os atores locais atuantes no território.

O programa tem como objetivo principal a efetivação de política de assistência social da instituição, dentro da perspectiva da proteção social básica na qual os serviços sociais realizados pela Fundação estão enquadrados. É responsável pela permanente articulação da relação institucional com seus usuários diretos (atendidos nos programas e projetos), os usuários indiretos (famílias, moradores e atores sociais que possam colaborar para a efetivação da missão institucional).

Para esta atuação, são utilizadas ferramentas que validam e buscam ampliar a auto-estima, os valores, os referenciais culturais e a identidade do público. As ações partem das demandas locais, possibilitando que os sujeitos exerçam sua cidadania, construam experiências diversificadas de sociabilidade e se fortaleçam através da reflexão sobre sua condição pessoal, familiar e comunitária, favorecendo um exercício qualitativo da cidadania.

4.5 Notas sobre o trabalho profissional do Assistente Social

A Prática Profissional do Serviço Social na FGL está pautada, majoritariamente, no Projeto Comunidades, cujo objetivo geral é contribuir para a construção de contextos de Proteção Social Básica familiar e comunitário. Entretanto, o olhar acerca da prática cotidiana é relacionada ao Programa Dois Toques pelo fato de ter sido o projeto no qual houve aproximação real durante o período de estágio na instituição.

O programa funciona como um direito no que tange à estratégia de proteção social básica, que tem como objetivo a prevenção de situações de

risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004):

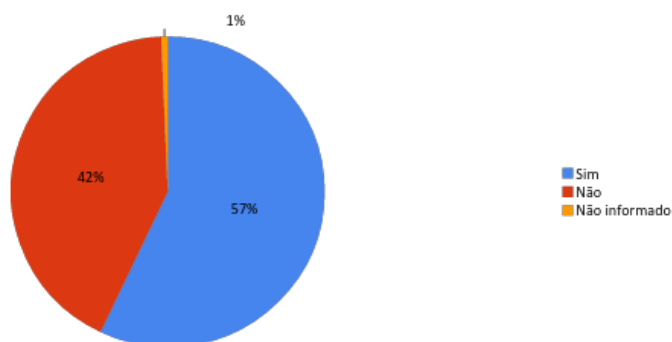
São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos [...] (PNAS, 2004)

Os serviços de proteção básica da Assistência Social compreendem, entre outros aspectos:

Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. [...] Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (PNAS, 2004)

A partir de uma Avaliação Socioeconômica dos usuários do Programa Dois Toques realizada durante o período de execução de estágio, foi possível observar que 57% das famílias atendidas pelo programa são consideradas em situação de vulnerabilidade social. Veja o gráfico a seguir:

Quadro 3: Beneficiários do PBF



Fonte: Avaliação Socioeconômica dos usuários do Programa Dois Toques. FGL, 2015.

O Programa de Transferência Renda Bolsa Família está vinculado à Política Nacional de Assistência Social no Brasil dos últimos tempos e presente na maior parte das famílias atendidas pelo Dois Toques, segundo a PNAS (2004) indica:

A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. [...] Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrentá-los. (PNAS, 2004)

Ou seja, a vulnerabilidade social significa uma série de situações propensas à violação de direitos garantidos por lei a todos os cidadãos. Dentro do atendimento à tais situações, estamos inseridos no seu nível primário, conhecido como proteção básica, assim definido em lei:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social. [...] Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. [...] Os benefícios, tanto de prestação continuada como os eventuais, compõem a proteção social básica, dada a natureza de sua realização. (PNAS, 2004)

Assim, de acordo com a PNAS (2004) e a Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social, a Proteção Social básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, assim como visa o fortalecimento dos vínculos

familiares e comunitários, destinando-se à população que está em alguma situação de vulnerabilidade social. Entretanto, Sposati (2013) problematiza que:

A perspectiva de universalidade da proteção social mostra-se como confronto com as regras do capital, da acumulação, pois confere significado de igualdade em uma sociedade que, pelas regras do mercado, é fundada na desigualdade. (Sposati, 2013, 661)

Dando continuidade ao pensamento da autora, observa-se uma omissão do Estado no que tange a esta Proteção Social na consolidação de direitos, reconhecer e prover acessos, gerar a articulação e a completude de atenção entre acessos a serviços de diferentes políticas sociais e etc.

A intervenção realizada pelo Serviço Social na FGL possui a dimensão de proteção social, contudo, de acordo com Sposati (2013) “a política de proteção social de assistência social tem recebido severas críticas, considerada como expressão de um fetiche que sob aparência de atenção mascara os interesses do capital [...]” (Sposati, 2013, 662). Entretanto, esta possui como base a PNAS, LOAS e no SUAS. Como exemplo, é possível destacar na LOAS, que delibera sobre a organização da Assistência Social:

Capítulo I - Das Definições e dos Objetivos

Artigo 1º. – A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Artigo 2º. – A assistência social tem por objetivos:

- I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;

Parágrafo único – A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Artigo 3º. – Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos

por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

Capítulo II – Dos Princípios e das Diretrizes

Artigo 4º. – A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

Capítulo III – Da Organização e da Gestão

Artigo 6º. – As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos envolvidos na área.

O Serviço Social é a porta de entrada do usuário na instituição, sendo este o executor da seleção, triagem e inserção destes usuários; além de caber a responsabilidade de acompanhar – de forma individual e coletiva – os usuários diretos e suas famílias, através do atendimento das demandas espontâneas apresentadas, a mediação da relação usuário X instituição, compreensão da realidade social e familiar na qual o usuário está inserido, apoio na mediação de conflitos que envolvam o usuário e/ou família e comunidade e estimular a participação e autonomia dos usuários.

Utilizando-se de um arcabouço teórico e metodológico que trata a "questão social" de forma totalizante nas suas expressões mais epidérmicas, o profissional busca apreender as relações sociais que condicionam as demandas dos usuários sem tratá-las de forma individualizada.

A equipe do Serviço Social atua numa linha interdisciplinar com os profissionais da educação que desenvolvem relação direta com os usuários dos projetos para melhor compreensão da realidade social e familiar em que o público está inserido, apoio na mediação de conflitos e superação de dificuldades que envolvam o público alvo e/ou famílias e comunidades.

4.6 A FGL como articuladora da rede socioassistencial

A partir deste contexto se insere a FGL, que possui atualmente dez anos de existência no Bairro do Caju no atendimento à infância, adolescência e juventude. Tal organização compõe o “terceiro setor” e seu Estatuto Social promove:

[...] a defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes e, situação de vulnerabilidade e risco social, investindo em sua formação educacional e cultural, para que possam atuar com autonomia na transformação de suas realidades, bem como estimular seu protagonismo, defender sua cidadania, fortalecendo seus vínculos familiares e comunitários, garantindo-lhes o direito à assistência, educação, saúde, cultura, esporte e lazer e trabalho [...]. (Estatuto Social FGL, 2013)

Contudo, atingir este fim não depende exclusivamente da FGL, pois é sabido que estes indivíduos fazem uso de diversos outros serviços disponíveis no território como, por exemplo, hospitais, CRAS e escola. Somado a isso, a proteção social não pode se reduzir à política de Assistência Social e tal como aponta o Conselho Federal de Serviço Social:

[...] a Assistência Social não pode ser entendida como uma política exclusiva da proteção social, mas deve se articular seus serviços e benefícios aos direitos assegurados pelas demais políticas sociais, a fim de estabelecer, no âmbito da Seguridade Social, um amplo sistema de proteção social.(CFESS, 2013)

Situando a prática do Serviço Social da Fundação Gol de Letra na política de proteção básica, cuja

[...] intervenção profissional na política de assistência social não pode ter como horizonte somente execução das atividades arroladas nos documentos institucionais sobre o risco de limitar suas atividades da 'gestão da pobreza' sob a ótica da individualização das situações sociais que de abordar a questão social a partir de um viés moralizante. (CFESS, 2013)

Por conta disto, a FGL foi pioneira na articulação da rede socioassistencial do Caju, que tem por consequência uma série de pontos positivos para a comunidade como um todo. De acordo com Teixeira (2002):

[...] as redes têm sido vistas como a solução adequada para administrar políticas e projetos onde os recursos são escassos, os problemas são complexos, existem múltiplos atores envolvidos, interação agentes públicos e privados, centrais e locais, há uma crescente demanda por benefícios e por participação cidadã. (Teixeira, 2002, 1)

Com isso, a avaliação feita por financiadores, coordenadores, planejadores, educadores, assistentes sociais, moradores, lideranças locais etc., é positiva para a proposta inicial da instituição. Essa avaliação otimista pode ser explicada, ainda segundo o pensamento de Teixeira (2002), pois a articulação desta rede política trás consigo uma série de vantagens que podem ser observadas no cotidiano da instituição, dentre as quais: uma pluralidade de atores, que gera uma maior mobilização de recursos e garante a diversidade de opiniões sobre um dado problema; devido à capilaridade a definição de prioridades é feita de forma mais democrática; a possibilidade de envolver a presença pública sem criar uma estrutura burocrática.

Contudo, não se pode levar em conta apenas os aspectos positivos, uma vez que, segundo a mesma autora, os processos de geração de consenso são muito lentos e dificultam problemas que necessitam de ação imediata e metas compartilhadas não garantem eficácia, pois as responsabilidades são muito diluídas, por exemplo.

Apesar de seu aspecto pragmático estar sendo operacionalizado de acordo com o planejamento, para analisarmos o plano da política, não devemos nos render à imediatividade dos fatos e apresentados atribuindo todos os seus ganhos ao que se apresenta o “terceiro setor”. É sabido que

sua existência retira pouco a pouco a responsabilidade estatal sobre as políticas sociais nas quais deveriam ser garantidas, segundo Landim (1999), conforme já apresentado no presente estudo, o terceiro setor é utilizado para passar a ideias que as organizações sem fins lucrativos vêm para substituir o Estado no enfrentamento das questões sociais. Com isso, acaba por assumir a última perna do tripé da fragmentada seguridade social, que não deveria ser assumida pelo mercado: a assistência social. Enquanto podemos observar na saúde e previdência uma crescente privatização, gerando altas taxas de lucratividade, a assistência recebe um olhar focalizado e empobrecido, perpassando às complacências e filantropias institucionalizadas. Não se trata de um julgamento moral, mas de entender seu processo. Como diz Montañó

O conjunto de organizações e atividades que compreende o chamado “terceiro setor”, para além dos eventuais objetivos manifestos de algumas organizações ou da boa intenção que move o ator solidário e voluntário singular, termina por ser instrumentalizado, pelo Estado e pelo capital, no processo de reestruturação e implementação de uma nova modalidade de trato à “questão social. (MONTAÑO, 2007, P.18).

Por fim, observa-se um processo de articulação de rede que descentraliza e desmembra a “autoridade” da FGL como co-partícipe do processo de ampliação da Proteção Social. Traz à luz formas de coordenação nas quais buscam uma maior eficácia da gestão das políticas públicas de forma concomitante a atores diversos, que têm por consequência o acoplamento destas políticas ao território com intuito de enfrentar problemas sociais da população específica do Caju.

4.7 O olhar das família sobre o Projeto Dois Toques

Durante o final do período de estágio na FGL, houve uma análise na forma de pesquisa qualitativa realizada com os responsáveis pelos alunos do Projeto Dois Toques da FGL realizada na última reunião de famílias daquele ano (2015). A pesquisa qualitativa visava compreender como os responsáveis percebiam os serviços ofertados pela FGL e possui notável importância para a intervenção no território, pois, segundo Brasil (1995):

[...] nos possibilitará um aprofundamento real do conhecimento e uma acumulação do saber, dois predicados fundamentais na Ciência [...] Através dela, poderemos superar toda uma prática domesticada e subserviente onde o assistente social pesquisador possa desvelar a realidade contraditória e desigual. É através da pesquisa que se fundamentam intervenções mais consequentes, onde o assistente social atua enquanto profissional pensante e realizador, deixando de ser um mero prestador de serviços. (Brasil 1995, 8)

Sob a perspectiva apresentada por Brasil e do compromisso ético do assistente social com seus usuários, a pesquisa possui extrema importância para a avaliação do processo de trabalho da equipe FGL, para além do trabalho do Serviço Social. Tendo em vista que os resultados dessa pesquisa e da análise da mesma serão utilizados como base para que a partir do levantamento das demandas expostas seja possível repensar a prática profissional em prol de um novo fazer no sentido de utilizar a experiência obtida até então para avançar na prestação de serviços cada vez mais comprometidos com os usuários.

Com intuito de atender as inquietações e demandas trazidas pelos responsáveis, tal qual auxiliar em suas contradições e receios, questionários foram aplicados – sem obrigatoriedade de resposta – onde se consistia em, basicamente, saber o grau de insatisfação do responsável e do aluno (sob perspectiva do responsável) com a FGL em geral.

A pesquisa foi realizada na FGL e seus resultados sistematizados a fim de serem utilizados para o presente estudo. Esses resultados apresentados demonstraram que o nível de insatisfação dos responsáveis é baixo, onde esses afirmam que 87% das famílias e 76% dos alunos não possuem nenhum grau de insatisfação com a FGL. Com relação ao espaço físico, atendimento do Serviço Social, relação com educadores e comunicação também é baixo, onde nenhum grau de insatisfação é igual ou superior a 74%.

Além disso, foi evidenciada a importância da FGL para com a rotina familiar, onde 39% dos responsáveis destacam que a FGL contribui para o aprendizado e 20% apontam para a ocupação do tempo livre. Também foi possível observar que 67% dos responsáveis veem relação entre escola e a FGL, onde a maioria (39%) vê essa relação no que diz respeito à leitura e 33% com relação a educação física.

Esses dados demonstram que as propostas descritas ao longo do presente estudo são, de fato, consumadas e, para além disso, possuem aprovação dos usuários da instituição. Desta forma, a FGL alcança suas metas e objetivos prioritários no que tange à proteção social e garantia de direitos à crianças e adolescentes do território Caju, fortalecendo sua cidadania, ainda que pertencente ao denominado “terceiro setor”.

5 Considerações finais

A monografia procurou evidenciar as formas nas quais a população infanto-juvenil era conceituada e visualizada no período inicial do Brasil Republicano, ou seja, na virada do século XIX para o XX, com intuito de estabelecer os parâmetros que justificaram as respectivas formas de intervenção. A partir das transformações econômicas, políticas e sociais da época, a criança passa a ser responsabilidade também do âmbito público, deixando de ser apenas do âmbito privado. Somado a isso, iniciativas com o fim construir a “nação civilizada” são tomadas e o Estado passa a controlar os pobres através de sua moralização.

O período foi de extrema importância, pois a infância passou a ser vista com um olhar que nunca obtivera anteriormente. Contudo, o crescente interesse pela infância traz dois pontos à pauta, de um lado a criança passa a ser vista como forma de esperança e, ao mesmo tempo, como ameaça. Esperança para ser útil à sociedade e ameaça no sentido de a inocência ser questionada, podendo esta criança vir a se tornar um delinquente. Porém, este conceito da infância ora esperança e ora ameaça era aplicado majoritariamente à população infanto-juvenil pobre da época. Esta era o objeto de interesse das elites.

Tratava-se de proteger a infância como forma de proteção da sociedade. Contudo, ao invés de constituir um gesto de humanidade, essa proteção tornou um obstáculo a formação de uma consciência de cidadania, pois as crianças pobres foram moldadas à submissão. Ao “menor”, ao pobre, atentava-se apenas um potencial perigoso. Por conta disso, ações de

proteção à infância perdem seu sentido explicitamente caritativo/religioso, passando a serem laico e judicializado.

Esse (des)caminho foi marcado por destituições, continuidades que Rizzini caracterizou como século perdido. A promulgação do ECA representou uma mudança de paradigma e realinou as ações de proteção a este segmento, agora considerado sujeitos de direito.

É neste contexto que a FGL se constitui, em 1998, e foi aqui objeto de observação, estágio e estudo mais sistemático. Apesar de inúmeros desafios próprios de uma instituição não governamental co-partícipe do sistema de garantia de direitos, esta possui três projetos em funcionamento em consonância as diretrizes previstas por lei. O projeto em foco no estudo é o Dois Toques, por maior convivência e experiência neste, que tem por objetivo contribuir para a educação integral destes usuários e fortalecer direitos previstos no ECA como os a educação, esporte, lazer e outros.

A Prática Profissional do Serviço Social na FGL visa contribuir para a construção de contextos de Proteção Social Básica familiar e comunitário, ou seja, visto que a maioria dos usuários da instituição encontram-se em situação de vulnerabilidade social, visa a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Para além disto, a FGL é tida como articuladora da rede socioassistencial local e desempenha esse papel de forma satisfatória, como foi possível observar ao longo do presente trabalho. Por fim, a monografia apresenta resultados obtidos através de pesquisas com os responsáveis pelas crianças e adolescentes no que tange a atuação da FGL no território.

Entretanto, por pertencer a uma instituição do denominado “terceiro setor”, sabe-se que sua existência não apenas complementa, mas sobretudo expõe a fragilidade da responsabilidade estatal sobre as políticas sociais nas quais deveriam ser garantidas.

O presente estudo foi finalizado de forma abrangente, não tendo um olhar focalizado para a consolidação de uma vertente específica dentro do universo de direitos previstos no ECA dentre os quais a FGL fortalece e das práticas para estruturação de sujeitos de direitos. É possível, devido a isso, que o resultado da atuação da ONG tenha sido tão positivo. Para um maior aprofundamento e compreensão do papel institucional no território seria necessário um estudo mais verticalizado em profundidade acerca de cada direito no qual a FGL se propõe a assegurar, entretanto, não haveria tempo hábil para isto num trabalho de graduação e nem arcabouço teórico para o mesmo – visto que, por exemplo, o direito ao lazer ainda é tido como recente e existem poucos estudos sobre este tema no âmbito da proteção social.

Contudo, o registro do presente trabalho de conclusão de curso buscou contribuir para um debate em processo de permanente atualização. consideramos relevante a sistematizações de experiências com finalidade de pensar – ou repensar – formas de atingir voltadas à população infanto-juvenil no que tange ao enfrentamento da desproteção das mesmas e reafirmá-las enquanto cidadãs pertencentes à sociedade, contrariando o isolamento no qual o processo histórico as forçou e desfazendo o julgamento de “menores” ainda presente na sociedade contemporânea.

6 Referências Bibliográficas

BRASIL, Lei nº 8.069. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Brasília: DF. 13 de julho de 1990.

BRASIL, Lei nº 8.742. *Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)*. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL, Maria Glaucéria Mota. Reflexão sobre a pesquisa qualitativa em serviço social. In **Serviço Social e Realidade**, Franca, p 7-9, 1995.

BRASIL. Assistência e Desenvolvimento Social – Secretaria de Estado Da Assistência e Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protecao-social-basica-1>

BRASIL. Instituto Pereira Passos – IPP. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp>

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2013.

Estatuto Social Fundação Gol de Letra. São Paulo: SP, 5 de junho de 2013.

FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/>

FUNDAÇÃO GOL DE LETRA. **Projeto Dois Toques**. Rio de Janeiro, RJ.

Motivos da Evasão Escolar. Fundação Getúlio Vargas – FGV. Disponível em: <http://portal.fgv.br/pesquisa>

JÚNIOR, Almir Pereira; BEZERRA, Jaerson Lucas; HERINGER, Rosana. Os Impasses da Cidadania: Infância e Adolescência no Brasil. Rio de Janeiro: Base, 1992. p. 13-35

LANDIM, Leilah. Notas em torno do Terceiro Setor e outras expressões estratégicas. O social em questão: Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio, ano II, v. 4, n. 4. Rio de Janeiro, pp. 61-98, 1999.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. A passagem das “lógicas do Estado” para as “lógicas da sociedade civil”: fundamentos da minimização estatal e da expansão do “terceiro setor”. Serviço Social e Sociedade. Rio de Janeiro, V. 59, 1999.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.

RIZZINI, Irene. O Século Perdido: Raízes históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, Aldáiza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, SP, out/dez 2013

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. O desafio da gestão das redes de políticas. VII Congresso Internacional del CLAD sobre La Reforma del Estado y de La Administración Pública. Portugal, Lisboa. 2002